



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Relatório INSP-2022-0067**  
**BI-2022-0072**

## 1 – Dados gerais

### 1.1 - Inspeção

**Data:** 17/05/2022      **Hora:** 11:07      **Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** António MR. Moutinho

**Outros inspetores da IRA:** João PRFB. Silva

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 30.º do Anexo I do Decreto Regulamentar n.º 17/2021/A, de 8 de julho.

No local foi contactada a Sr.ª Catarina Ferreira Gonçalves (Chefe de Equipe) e o Sr. Avelino Luís Dias Gonçalves (Sócio Gerente)

Foi realizada uma visita às instalações, e solicitados alguns esclarecimentos sobre aspetos ambientais, nomeadamente recolha, tratamento, armazenamento e encaminhamento dos resíduos hospitalares e resíduos perigosos entre outras obrigações ambientais.

A inspeção foi acompanhada por um Vogal do Conselho de Administração da Estrutura de Sustentabilidade do Destino Turístico – Açores DMO, Dr. José Eduardo Ferreira Toste.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Azormed - Gestão Ambiental Açoreana, Lda.

**NIPC/NIF:** 512081042

**Sede/morada:** Grotta do Vale, nº 50 - Armazém nº 5

**Código Postal:** 9700-447

**Freguesia:** Ribeirinha

**Concelho:** Angra do Heroísmo

**Ilha:** Terceira

### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Azormed - Gestão Ambiental Açoreana, Lda. - Ilha Terceira

**Endereço:** Grotta do Vale, nº 50 - Armazém nº 5

**Código Postal:** 9700-447

**Freguesia:** Ribeirinha

**Concelho:** Angra do Heroísmo

**Ilha:** Terceira



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Atividade principal:** 38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos

**Outras atividades:** 38120 - Recolha de resíduos perigosos

**Período de funcionamento:** Das 9 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 18 horas.

**Licenciamento da atividade:** 18/DRA/2017



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A instalação é constituída por um pavilhão, onde se localizam os escritórios e as zonas operacional. Os contentores com resíduos hospitalares (RH), após a recolha nos produtores são descarregados na sala central, para identificação e quantificação.

Os RH são encaminhados para armazenamento, em câmara de frio ou sala de resíduos líquidos, ou para a área de preparação dos carros de autoclavagem no caso dos RH grupo III. Os RH grupo III, após autoclavagem, são triturados e armazenados em local coberto atrás do armazém, em contentores para envio para a TERAMB.

Os RH grupo IV, são armazenados em câmara refrigerada até à expedição para o exterior da região, os restantes resíduos, basicamente resíduos líquidos, são armazenados em área fechada, sobre bacias de retenção, até à expedição para o exterior da região.

A instalação possui uma zona de lavagem e desinfeção dos contentores reutilizáveis utilizados no acondicionamento do grupo III, que após lavagem ficam a aguardar a reutilização em espaço dedicado.

A instalação possui um armazém onde acondiciona os produtos e as matérias primas novas.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

### 3 – Água de consumo

#### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública      ☐ Captação própria em DPH      ☐ Captação própria em RH particulares

#### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

A água utilizada no autoclave, é sujeita a um processo de tratamento prévio por osmose inversa.

### 4 – Águas residuais

#### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Instalações sociais, lavagens do pavimento e materiais	----	Sistema público de drenagem
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais			

#### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☒ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
  - ☐ Valorização agrícola;
  - ☐ Outro;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

#### 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Cumprido	Autorização de ligação à rede municipal, válida até 31 de dezembro de 2022.
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	Relatório de ensaio n.º 4461/2022 - INOVA.
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	Não faz controlo da temperatura.
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos recebidos/geridos

#### 5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

Os resíduos são recolhidos pela empresa junto dos produtores, onde é efetuado registo do resíduo, assim como verificadas as e-GAR's.

#### 5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento

Tipologia de resíduos recebidos	Quantidade	Operações	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	10,2 Ton.	R13 e D15	Fonte SRIR 2021
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	5,5 Ton.	R13 e D15	
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos hospitalares	586,6 Ton.	D9, D15 e R13	
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	2,23 Ton.	R13 e D15	

Já não faz recolha de óleos alimentares usados

#### 5.1.3 – Principais origens dos resíduos

Nome	Obs.
AzorMed - Gestão Ambiental Açoreana, Lda - Ponta Delgada	285,93 Ton. (47,3 % do total recebido)
Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER	176,68 Ton. (29,2 % do total recebido)



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Nome	Obs.
AzorMed - Gestão Ambiental Açoreana, Lda - Faial	54,16 Ton. (9 % do total recebido)
Azormed - Gestão Ambiental Açoreana, Lda - Pico	20,12 Ton. (3,3 % do total recebido)
Centro de Saúde de Angra do Heroísmo	9,63 Ton. (1,6 % do total recebido)

#### 5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade

LER	Designação	Quantidade	Destino
19 02 03	Misturas de resíduos, contendo apenas resíduos não perigosos.	520,9 Ton.	TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM
18 01 03*	Resíduos cuja recolha e eliminação está sujeita a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infeções.	25,6 Ton.	Ambimed - Unidade de Tratamento de Resíduos Hospitalares do Barreiro
07 06 04*	Outros solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos.	15,8 Ton.	
20 01 25	óleos e gorduras alimentares	14,0 Ton.	Ambimed - Centro de Operações de Gestão de Resíduos do Barreiro. Hardlevel - Energias Renováveis, Lda.

#### 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

##### 5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	Normas aplicadas aos produtores
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Mapas do SRIR referentes a 2018, 2019, 2020 e 2021, submetidos fora de prazo.
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE)	DLR 24/2012/A e DL 152-D/2017	Não aplicável	





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados (OAU)	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	Deixou de proceder à gestão de OAU.
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos	Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006	Não aplicável	

Os prazos da entrega dos mapas do SRIR, foram ultrapassa em 1, 4, 3 e 7 dias.

**5.2.2** – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Devem existir estruturas e dispositivos que impeçam o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
b) Deve ser disponibilizado um painel, afixado à entrada, em lugar bem visível do exterior, onde consta, nomeadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento e os contactos dos responsáveis pela instalação;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
c) Devem ser previstas áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
d) Todas as áreas de gestão devem estar delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
e) As áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações devem ser devidamente delimitadas e identificadas;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
f) A descarga de águas residuais deve estar devidamente autorizada e a instalação deve ter disponível uma cópia da autorização;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	Autorização da CMAH.
g) A instalação deve estar dotada de equipamentos de combate a incêndios, devidamente validados e instalados em locais facilmente acessíveis e dotados da devida sinalética;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
h) O armazenamento dos resíduos deve ser efetuado de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde humana, prever o risco de incêndio ou explosão e respeitar todas as regras de segurança;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
i) Todos os recipientes e áreas utilizados na armazenagem de resíduos têm a identificação dos resíduos por nome comum e código LER;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
j) Os resíduos perigosos devem ser armazenados em local coberto, vedado, de acesso restrito e com superfície impermeável, e separadamente dos resíduos não perigosos;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
k) Os recipientes utilizados para a armazenagem dos resíduos devem ser adequados, homologados e estar devidamente identificados;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	Não verificada a homologação.
l) Os resíduos líquidos devem ser armazenados em sistemas de contentorização adequados, selecionados de acordo com as características do resíduo. No caso dos resíduos perigosos líquidos, a sua armazenagem deve ser realizada em recipientes estanques de parede dupla ou em recipientes com bacia de retenção;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
m) A instalação deve estar dotada de equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas dos resíduos;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
n) Deve estar disponível um sistema de pesagem com balança, ou equipamento similar adequado, para quantificar e registar os resíduos admitidos;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
o) Devem ser fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
p) Deve ser mantido um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos e do destino, frequência da recolha, modo de transporte e método de tratamento previsto no que diz respeito aos resíduos perigosos;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
q) Durante a recolha, transporte e armazenamento temporário, os resíduos perigosos devem ser embalados e rotulados de acordo com as normas nacionais, comunitárias e internacionais em vigor aplicáveis às substâncias em presença;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Não verificado	
r) O transporte de resíduos deve cumprir com as regras estabelecidas nos artigos 59.º e 60.º do Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de novembro e deve ser acompanhado por guia devidamente preenchida, sempre que aplicável;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
s) A recolha dos resíduos hospitalares perigosos deve ser efetuada em veículo de caixa fechada, com carroçaria isotérmica, superfícies internas vidradas para melhor higienização e utilizado exclusivamente para o transporte de resíduos hospitalares, devendo apresentar boas condições de limpeza e possuir um plano de higienização com ações sujeitas a registo;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
t) Os contentores reutilizáveis devem ser lavados e desinfetados com produtos específicos de forma a garantir uma lavagem e desinfecção eficaz;	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Cumprido	
u) Todos os técnicos intervenientes estão devidamente formados e sensibilizados para a execução das suas tarefas em condições de segurança.	Ponto 4 do Alvará OGR 18/DRA/2017	Não verificado	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias
DU - Utilizador final	Butano (depósito de 11.1 m <sup>3</sup> )

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	Não aplicável a substâncias a granel.
d) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Cumprido	
e) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
f) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
g) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
h) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Cumprido	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
Caldeira nº 646 - gás butano	Pontual	Outras instalações de combustão (Pot. térmica >200 kW)	
Caldeira n.º 802 - gás butano	Pontual	Outras instalações de combustão (Pot. térmica >200 kW)	





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera**

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Caldeira nº 646, foi reparada e reinstalada, substituindo a caldeira 645. Realizou a 1ª monitorização pontual para solicitar monitorização trianual - relatório de ensaio nº 14288/AZM-cl01 v1.1, de 16-03-2022, da Sondari. Caldeira nº 802, instalada em 2021, relatórios de ensaio nº nº 13798/AZM-cl01 v1.1, de 23-07-2021 e nº 14288/AZM-cl03 v1.1, de 16-03-2022, da Sondari. Monitorização trianual.
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Relatório: 13798, código AZM-cl01, amostragem: 23-6-2021, enviado: 4-8-2021; Relatórios: 14288, códigos AZM-cl01 e AZM-cl03, amostragem: 14-2-2022, enviados: 30-3-2022.
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Cumprido	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não verificado	

**7.2 – Utilização de gases fluorados**

**7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados**

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO <sub>2</sub> *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO <sub>2</sub> < 5	----	
5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50	1 Câmara de refrigeração (mod.: TAG4553Z, nº série: 6835830100)	R404A – 7 kg (27,45 TECO <sub>2</sub> )
50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500	----	
TECO <sub>2</sub> ≥ 500	----	

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados**

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Cumprido	Verificado em 2021, FLU. 578451 de 17-6.
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub>	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Cumprido	Certificado do técnico: FLU 0636-R, válido até 12-12-2026; Certificado da empresa: SAC-0680/2015, válido até 01-12-2022.
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Cumprido	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Cumprido	Comunicação realizada a 2022-04-18, para a Agência Portuguesa do Ambiente, em vez de ser efetuada para a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, enquanto Autoridade Regional do Ambiente.
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

**7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)**

**7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos**

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade <sup>a)</sup>	Limiar (t/ano) <sup>a)</sup>	Consumo de solventes (t/ano)
----			

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

**7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos**

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

#### 7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

##### 7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	----	
3 ≤ Carga < 30	----	
30 ≤ Carga < 300	----	
Carga ≥ 300	---	

##### 7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Espaço para pequena indústria e armazéns. Habitações.	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não verificado	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não verificado	

## 9 – Regimes específicos

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacto ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

### 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Cumprido	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º DLR 31/2010/A	Cumprido	



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

### 9.3 – Doença do legionário

#### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
<b>a)</b> Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não	
ii) Condensadores evaporativos	Não	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não	
v) Humidificadores	Não	
<b>b)</b> Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não	
<b>c)</b> A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não	
<b>d)</b> Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não	

#### 9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>a)</b> Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
<b>b)</b> Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
<b>c)</b> Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
<b>d)</b> Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
<b>e)</b> Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	

### 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

#### 2. Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<b>a)</b> Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Apólice: PTENV106508, Chubb European Group SE, válida até 31/12/2022.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## 10 – Irregularidades e infrações detetadas

Não foram detetadas infrações.

## 11 – Indicações e medidas adotadas

### Indicações transmitidas:

A técnica Eng.<sup>a</sup> Sofia da Silva, Specialist Compliance & Regulatory Affairs da Stericycle, foi informada de que a comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, a realizar até 31 de março, referente ao ano de 2022, deverá ser efetuada à Autoridade Ambiental da Região Autónoma dos Açores.

Poderá consultar informação em: [Gases Fluorados \(GFEE\) \(azores.gov.pt\)](https://azores.gov.pt), ou através do telefone 292 207 300.

### Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo, foi referido ao operador que deverá ser mais rigoroso na submissão dos mapas de SRIR, de forma a cumprir com os prazos.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio do relatório à Divisão de Gestão de Resíduos da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, para conhecimento.